

**espaços de habitar  
especialmente qualificados**  
pátios interiores como elementos  
tipológicos em declínio de uso.  
sua preservação, manutenção e  
desenvolvimento; condicionantes  
impostas pelas normas e  
regulamentos e pelos  
planos urbanísticos.  
manuel correia fernandes

Em 1987, participei, em Sevilha, no I Encontro de Arquitectos Iberoamericanos, integrando uma representação portuguesa organizada pela Associação dos Arquitectos Portugueses.

Apresentei, então um trabalho em que pretendia chamar a atenção para “espaços de habitar especialmente qualificados”, de entre os quais salientei os “pátios” como exemplo maior. O facto de se tratar dum acontecimento arquitectónico especialmente caro à cultura iberoamericana e particularmente bem utilizado na Andaluzia e sobretudo na cidade de Sevilha, onde o pátio sevilhano é uma das imagens de marca da arquitectura mediterrânica, foi a motivação próxima para o tratamento do tema, aproveitando, simultaneamente, a circunstância particularmente favorável que o Encontro, naturalmente, oferecia.

O tratamento dos pátios, ou de formas associadas ou desenvolvidas a partir desta tipologia espacial tão singular, tem sido uma das motivações mais fortes para a realização de alguns dos projectos que fui desenvolvendo desde que iniciei a minha vida de arquitecto, sempre que, para tal, se não apresentem obstáculos inultrapassáveis. Por serem casos de evidente protagonismo dessa forma tão especial de organizar e qualificar os espaços de habitar, devo citar, como exemplos dessa prática, as casas-pátio do Conjunto de Habitação Cooperativa de Aldoar, no Porto, a “praça maior” central do Conjunto habitacional do Ilhéu, também no Porto e os sucessivos pátios e espaços delimitados como pátios e praças dentro da Assembleia Regional dos Açores, na cidade da Horta.

Por considerar que a questão continua a ser actual, entendi que seria útil publicar o trabalho, desde então apenas disponível na documentação do referido Encontro. É o seguinte o texto então apresentado em comunicação acompanhada de imagens ilustrativas de algumas situações que nele são referidas mas que agora se não considera necessário incluir:

*“Já nas terras caprichosamente cercadas por muros de vedação se adivinha um carácter francamente individualista que tem a sua expressão mais inequívoca na forma como nas casas resulta o ar aconchegado e interiorista dos seus pátios. O curioso é verificar-se que, entre duas solicitações opostas - a da comunidade, que o sentido altamente gregário destas populações acusa, e um certo separatismo não menos evidente no plano familiar - estas populações atingem um equilíbrio que só é destruído quando, por efeito e defeito da evolução da sua própria organização, a*

*casa familiar se pulveriza. Não há dúvida que ninguém pode ficar indiferente diante de certos pátios que, separados ou não por compartimentos posteriores, abrigam, como colmeias a transbordar, as vidas de várias famílias. Desmoronou-se um reduto de independência e, como nos lanços interrompidos de muralhas, a insegurança entra confrangedoramente com a sombra das batalhas perdidas.”... “O seu tecido urbano ressentir-se da presença dominadora da célula-habituação, agrupada em conjuntos que não desmerecem a escala do elemento-base.*

*O mesmo se dirá dos caminhos, dos largos, das bolsas e cotovelos dum conjunto arterial digno em tudo do ambiente destas paragens onde tudo ressuma amplitude e força.”*

Tem mais de 40 anos este texto, retirado do Inquérito à “Arquitectura Popular em Portugal”, realizado e editado em 1961 pelo ex-Sindicato Nacional dos Arquitectos; refere-se a um dos temas mais caros à arquitectura de todos os tempos e de quase todos os povos. De entre todos os espaços de habitar, o pátio assume, na história dos assentamentos humanos, grande relevância e significado. Tanto a arquitectura erudita como a arquitectura popular nos dão magníficos exemplos desse misterioso espaço já que sempre desenvolveram com notável sentido este facto arquitectónico em edifícios e conjuntos urbanos nas mais variadas escalas e dimensões

Ao longo da história e em quase todas as civilizações, o conceito de pátio, nas suas múltiplas versões, esteve na base das mais ricas formulações arquitectónicas. Podemos, por isso, considerá-lo como um valor de carácter universal e uma permanência de singular importância na conformação dos espaços de habitar.

Em 1961, Portugal era ainda, de Norte a Sul, possuidor dum património natural e construído praticamente intocado. Razões de ordem vária - cultural, económica e política - criaram as condições necessárias à sobrevivência de formas e modos de vida ancestrais, indiferentes às transformações por que passavam, desde há quase dois séculos outros povos e outras nações.

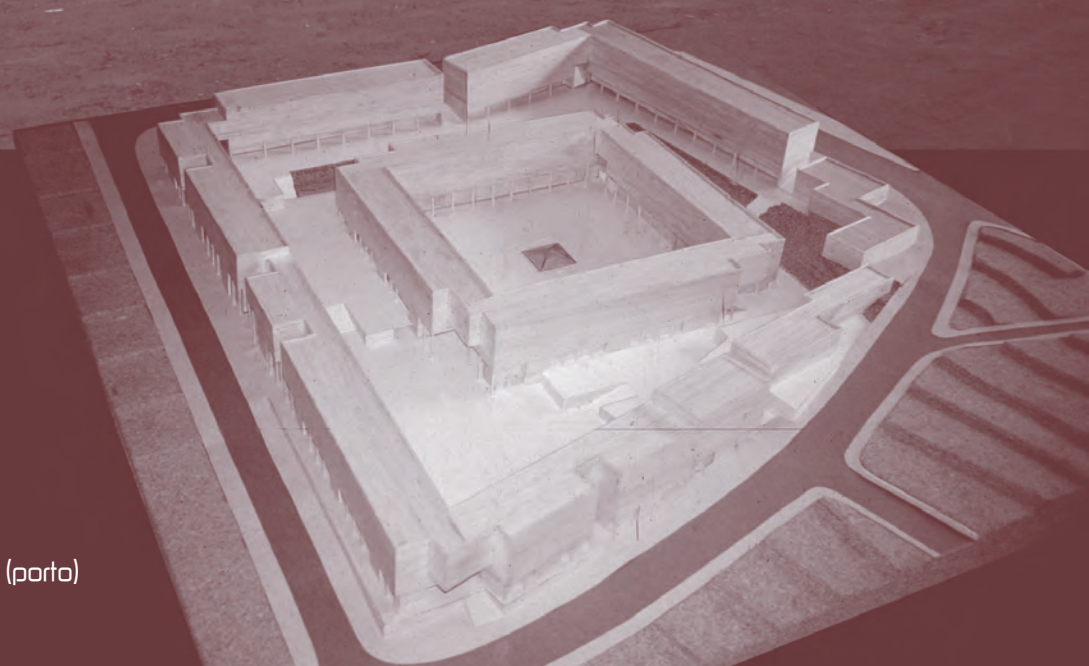
Bem o demonstra a “Arquitectura Popular em Portugal” que nos deixa a noção clara dos valores contidos na espantosa multiplicidade de formas arquitectónicas e de organização espacial que caracterizavam este pequeno e velho país. Ainda bem que os arquitectos

portugueses nos deixaram, em tempo útil, este precioso testemunho; de então para cá, e como que por ironia, não terá sido, apenas, em terras de Miranda que os “últimos lanços de muralha” começaram a ruir por completo “deixando entrar a insegurança”. Por todo o lado, e uma a uma, todas as muralhas vão ruindo e deixando entrar, definitivamente, a insegurança, ao mesmo tempo que de lá de dentro vai saindo o que de mais profundo ali se abrigava: o espírito gregário e solidário, companheiro da tranquila intimidade que tão eficazmente ajudou a desenvolver durante séculos a estreita e sábia relação do homem com o seu habitat.

E tal como o pátio, também a rua e a praça, o lar e o vestíbulo, a casa e a alcova, são, entre outros, nas diferentes formas e significados que assumiram em todas as civilizações, conceitos traduzidos em espaços que teremos de considerar como “especialmente qualificados” para a constituição e desenvolvimento do habitat humano. Estão-lhe associados valores tão permanentes e correspondem-lhe formas e sistemas de vida de tal modo caracterizados que estes conceitos se transformam em sínteses quase perfeitas da própria natureza humana. É nos países de vizinhança mediterrânica que estes conceitos, privilegiadamente factores de “cidade”, se desenvolveram e ganharam importância decisiva na conformação dos aglomerados urbanos, caracterizando-lhes a imagem e servindo-lhes de referência.

Contudo, e ao contrário do que possa pensar-se, o conceito de pátio não é nem característico nem exclusivo apenas de determinadas áreas ou zonas ainda que, em alguns casos, possa assumir maior relevância do que noutros. Com efeito, e no que a Portugal se refere, este elemento que consideramos como um espaço de habitar “especialmente qualificado”, encontra-se em quase todo o território de forma permanente e insistente, quer nos meios rurais quer nas cidades e até, embora sob formas derivadas, nas grandes aglomerações urbanas de Lisboa e do Porto.

A este conceito estão ligadas interpretações muito variadas em cada uma das quais se vão acentuando ora aspectos de ordem predominantemente funcional, ora razões de ordem essencialmente simbólica e representativa, ora preocupações de índole política, religiosa ou outra. Tem, pois, motivações muito diferenciadas o recurso a esta forma de organização espacial mas é, também, esta verificação que nos leva a considerar que a esse espaço



conjunto habitacional do ilhéu (porto)

estão associados valores permanentes e essenciais à própria condição do homem como ser social.

No que a Portugal diz respeito, o Inquérito à “Arquitetura Popular em Portugal” é a demonstração cabal do que se afirma. Muita outra documentação se refere a este tema, dando-nos conta da sua importância e das variantes por que passa, de zona para zona e de local para local:

*(...) “Aqui e ali, surge o largo familiar e enlatado, e mais adiante, no centro ou à cabeça do povoado, no local mais valorizado, a igreja com o seu adro, as suas árvores – prenúncio longínquo da praçazinha” – o pátio ou quinteiro do Minho, o eido, a quintã, o terreiro;”*

*(...) “O páteo serve de elemento de ligação a dependências que se foram justapondo por ocupação sucessiva ...; (...) uma complexa ordenação dos espaços representada pelo curral (...) o pátio ou paito de Trás-os-Montes, a cortinha, o cabanal;”*

*(...) “em pequenos pátios ou eidos que prolongam as lojas do rés-do-chão (...) o pátio carral das Beiras e, também, a quintã, o curral;”*

*(...) “... ao fundo do pátio, de amplas dimensões, o forno do pão (... à) esquerda desse pátio um alpendre. Quartelhas para os porcos e instalações para o gado mular...”; “... dois corpos de construção e dois muros fecham um pátio, que afecta a forma quadrada. As aberturas são raras e pequenas (...) o pátio alentejano, o quintal; (...) os pátios, tão característicos das casas algarvias, aparecem em quase toda a província com aspectos e tamanhos variados, cobertos total ou parcialmente pela parreira. Revestidos em ladrilho de tijoleira (...) é nele que se repousa das labutas diárias ou se procede à secagem do figo e da alfarroba (...) está geralmente adossado à fachada exposta a sul, fazendo-se por ele o acesso à habitação. (...) o pátio algarvio, como as açoteias, os terraços e os eirados.”*

Em todas estas formas, no entanto, o mesmo estímulo que aponta para a importância da intimidade e simultaneamente para o espírito de comunidade. Espaços de ligação-transição que relacionam com notável equilíbrio o homem com as diferentes vertentes do seu viver, reforçam e colocam na justa medida o sentido do gregário.



conjunto habitacional do aldoar (porto)

São os valores da solidariedade que se projectam naturalmente nestas estruturas construídas, conferindo-lhe maior ou menor complexidade consoante neles se concentram maiores ou menores exigências. Em todos os casos, no entanto, se torna imediatamente legível e perceptível a importância que o conceito de pátio assume na organização dos núcleos habitacionais, quer quanto às construções que com ele se relacionam quer quanto à forma como este conjunto se relaciona com o aglomerado em que se insere. Em não poucas circunstâncias, é esta forma de organização da estrutura construída que acaba por determinar decisivamente a expressão do caminho, da rua, da praça ou do aglomerado por inteiro. É por esta via que, numa visão integrada, se foram conformando os aglomerados populacionais cuja planificação não obedeceu, por certo, a mais de que à noção natural de agregado orgânico e funcional, integralmente ao serviço do colectivo e onde não era desprezado o indivíduo na sua natural apetência pela articulação dos dois níveis fundamentais em que se baseia o viver social: a intimidade e a comunidade.

São, precisamente estes, os valores que, nos nossos dias, parece estarem a ser postos definitivamente em causa. Todos sabemos e nem, sequer, seria preciso lembrá-lo: a rua foi – e está a ser – transformada em simples – ou complexa – via de trânsito mecânico, a praça foi – e está a ser – transformada em nó de circulação e parque de estacionamento, a casa foi – e está a ser – transformada em mínima “cápsula”, numa mais que grosseira deturpação da “máquina de habitar”!

De tudo isto e (talvez) como reserva de expiação, resta a quase patológica e falsa afeição pelas “ilhas de história” em que as partes mais antigas das cidades se vão também transformando. Todos quantos têm inegáveis responsabilidades na degradação a que fizeram chegar o nosso espaço de habitar, empreendem agora a hipócrita “cruzada da recuperação”! Apesar de tudo e, até, na falsa fé que é visível na maioria das operações ditas de recuperação e reabilitação, é ali que o homem ainda sente as referências da sua memória e a (difícil de perder) relação com a sua própria história, apesar de tudo, ainda não completamente apagada. Cabem, aqui, aos arquitectos, inegáveis responsabilidades.



assembleia regional dos açores



Com efeito, tem sido em poucas e isoladas propostas pontuais que os arquitectos têm assumido como base de trabalho os valores espaciais entendidos como essenciais à própria natureza humana. Em relação ao caso concreto de que aqui nos pretendemos ocupar, a adopção de princípios de organização de conjunto em torno ou a propósito de “espaços especialmente qualificados” como é tradicionalmente o caso do pátio, essas mesmas propostas são simples excepção, o que apenas confirma a regra com que a prática se lhe opõe. São, em geral, propostas que encaram essa hipótese apenas como nota de memória em que é demasiadamente evidente o seu carácter “culturalista” ou mesmo “elitista”, ou foram experiências combatidas ou, até, abruptamente interrompidas como foi, em Portugal, o caso das operações SAAL entre 1974 e 1976.

De facto, os velhos “planos de urbanização” entendidos como hipóteses de “desenho urbano” há muito que tendem mais a servir como instrumentos de controlo “policial” e domesticação política e administrativa da ocupação do território do que como instrumentos de apoio e incentivo à criatividade e ao desenvolvimento de formas naturais, através das quais fosse possível a resposta às exigências da solidariedade e da intimidade. É de todos conhecida a espantosa capacidade que esses planos têm demonstrado para servir de “álibi”, facilmente instrumentalizáveis por interesses que não têm em consideração o homem na sua totalidade e em todas as suas vertentes. Também aqui os arquitectos têm exercido com demasiada “eficácia” a sua missão, podendo ser facilmente responsabilizados e acusados de excesso de zelo na obtenção de objectivos que não são os seus enquanto detentores desse poder a que Louis Sullivan chamava o “poder de construir” que lhes foi (e é) conferido pela sociedade. E esse poder, em alguns momentos, tem sido bem utilizado, como o fizeram, por exemplo, Siza Vieira no Bairro da Malagueira, em Évora, Sérgio Fernandez no Bairro do Leal e Pedro Ramalho nas Antas, em intervenções SAAL, projectadas no Porto, entre 1974 e 1976.

O pátio é, por certo, um lugar de densa simbologia. Esse, como outros lugares “do nosso bem estar”, correm o risco de não mais existir. O declínio desta e outras “formas de habitar especialmente qualificadas”, arrasta consigo outros declínios e outras destruições a que os arquitectos têm obrigação de se opor. É necessário (e urgente) encontrar respostas.